



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 25/02/2025

Aos vinte e cinco dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e cinco, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das treze às dezessete horas, no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião (CASS – Subsolo), situado à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I – Sede da Prefeitura, reuniram-se pelo segmento dos Usuários: conselheiro Abílio Valério Tozini e seu suplente Antônio Sérgio Gomes Soares (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO), conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda - GPV/RJ), conselheira Simone Menezes Damasceno (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro – SINTUPERJ), conselheiro e presidente Osvaldo Sérgio Mendes e sua suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ), conselheira Sônia Bauer Gomes da Silva (Associação Carioca dos Diabéticos – ACD), conselheiro Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ), conselheiro Victor Yuri de Oliveira (Sindicato dos Empregadores de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro/RJ - SIEMACO-RIO), conselheiro Júlio César Carneiro Moreira (Conselho Distrital da AP 1.0), conselheira Diva Kort Kamp de Azevedo (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1), conselheira Nancy dos Santos Senhor (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2), conselheira Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1), conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2), conselheira Ângela Maria Alves Barbosa (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3), conselheiro Reinaldo da Costa Pereira da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0), conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1), conselheiro Vagner Pereira da Silva (Conselho Distrital da AP 5.3); pelo segmento dos Profissionais de Saúde: conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva (Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro – SINDERJ), conselheiro Tomaz Pinheiro da Costa (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED), conselheira Haydée Barreto Lopes (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA), conselheiro Wagner Gomes Bezerra e sua suplente Camila Andrade Araújo (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas

Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional), conselheira Juliene de Freitas Parada (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI/RJ), conselheiro José Alexandre da Rocha Curvelo (Sindicato dos Cirurgiões Dentistas no Estado do Rio de Janeiro) e pelo segmento dos Gestores/ Prestadores de Serviços de Saúde: conselheira suplente Denise Jardim de Almeida (Secretaria Municipal de Saúde – SMS.Rio), conselheira Emanuelle Pereira de Oliveira Correa (Secretaria Municipal de Saúde – SMS.Rio), conselheira Fabíola Andrade Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde – SMS.Rio), conselheira Clema dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde – SMS.Rio) e conselheira suplente Hana Cristina Gomes Moura (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais - FAMAD). Composição da Mesa para Coordenação dos Trabalhos. Presidência do Conselho: conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Comissão Executiva: Usuários: conselheiros Rene Monteiro de Almeida Junior, Ângela Maria Alves Barbosa, Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira e Victor Yuri de Oliveira. Profissional: conselheiros Wagner Gomes Bezerra e Lucimar Oliveira do Nascimento. Gestor/Prestador: conselheiras Liliane Cardoso de Almeida Leal e Emanuelle Pereira de Oliveira Correa. Controlador do Tempo: conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior. Inscrições: conselheira Ângela Maria Alves Barbosa. Leitura da Pauta: Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Moderador: Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Pauta do Dia. **1)** Deliberação da Ata: 28/01/2025 - 5 minutos; **2)** Apresentação e Deliberação do CAPSAD Carolina Maria de Jesus, localizado em São Cristóvão (AP 1.0) – 30 minutos (20 minutos para apresentação e 10 minutos para esclarecimentos); **3)** Apresentação e Deliberação da Pactuação dos Indicadores Bipartite – 30 minutos (20 minutos para apresentação e 10 minutos para esclarecimentos); **4)** Apresentação pela SUBPAV do Relatório de Gestão das 22 Equipes de Atenção Primária Prisional – 30 minutos (20 minutos para apresentação e 10 minutos para esclarecimentos); **5)** Informes das Comissões do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – 10 minutos; **6)** Informes do Presidente do Colegiado – 3 minutos; **7)** Informes dos Conselhos Distritais de Saúde (CDS) – 3 minutos para cada Colegiado Distrital; **8)** Informes da Secretaria Executiva - 3 minutos; Ofício Circular SES/SUBPAVS nº 9 de 09/01/2025 (Pactuação Bipartite Ciclo 2025); **9)** Informes da Gestão da SMS.Rio – 3 minutos e **10)** Informes do Colegiado – 3 minutos por conselheiro. Dando início à reunião, a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Lúlia de Mesquita Barreto**, fez a leitura da pauta e colocou-a em votação para aprovação. Verificou que foi aprovada pela maioria simples. Após, colocou em votação a aprovação da Ata de 28 de janeiro de 2025 e confirmou a aprovação dela pela maioria simples com uma abstenção. Prosseguindo, houve a inversão de ponto na pauta e a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, Lúlia de Mesquita Barreto**, passou para o ponto 3 da pauta. Então, **Sra. Carmem** da Equipe de Planejamento do Gabinete do Secretário de Saúde deu início à apresentação da “Pactuação dos Indicadores Bipartite”. Finda a apresentação, foi dado início aos esclarecimentos e a

85 **conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva**, com relação aos registros de
86 acidentes de trabalho, pediu que fosse esquematizado o que, atualmente, é
87 feito em termos de registro de acidentes de trabalho. Perguntou qual é o
88 parâmetro usado pela Prefeitura para se chegar ao índice que foi apresentado,
89 uma vez que, como representante de Sindicato, sabe que há uma demanda
90 reprimida muito grande. Também perguntou se já existe ou há na Prefeitura
91 um planejamento para a criação de um indicador de avaliação da população
92 idosa, sejam de óbitos, agravos da saúde ou qualquer estudo referente que
93 esteja em vias de ser pactuado. Em seguida, o **conselheiro Tomaz Pinheiro**
94 **da Costa**, sobre a apresentação feita, disse que se trata de um trabalho bem
95 elaborado e bem apresentado, mas que se deve pensar no papel do Conselho
96 frente a questões como essas, uma vez que esses indicadores e metas são de
97 relevância máxima para a população. Falou que antecipa o seu voto, se
98 abstendo, porque, embora saiba que o Conselho esteja constituído de forma
99 muito democrática com a representação de diversos segmentos, pensa na
100 questão da representatividade; que sendo o representante do Sindicatos dos
101 Médicos não quer assumir questões que seus colegas sequer conhecem.
102 Entende que, como se trata de matéria que o Conselho Municipal de Saúde
103 vai deliberar, ele (o Conselho) deve ter uma participação mais efetiva nessas
104 questões, deve se debruçar por mais tempo sobre elas. Arrisca-se a dizer que
105 grande parte dos conselheiros não consegue decodificar o que foi
106 apresentado. Na sequência, a **conselheira Clema dos Santos**, quanto às
107 observações feitas pelo conselheiro Tomaz Pinheiro da Costa, sugeriu que os
108 conselheiros pensem em um modelo de como fazer melhor (deixar mais claro)
109 os processos das deliberações trazidos às reuniões. A seguir, o **conselheiro**
110 **Júlio César Carneiro Moreira** disse que considera baixo o índice de
111 pactuação demonstrado no item 32 (Percentual de pessoas vivendo com HIV e
112 Aids (PVHA) com 13 anos ou mais com primeiro CD4+ acima de 350 céls/ml.).
113 Considera, também, muito tímidas as ações tomadas pela Secretaria Estadual
114 de Saúde com relação ao Carnaval e desconhece qualquer ação planejada
115 pela Secretaria Municipal de Saúde para esse mesmo evento. Prosseguindo, o
116 **conselheiro José Alexandre da Rocha Curvelo**, com a palavra, contou que
117 2 itens chamaram a atenção dele: o 19 (Cobertura de Saúde Bucal na Atenção
118 Primária à Saúde) e o 36 (Razão de tratamento odontológico concluído pelas
119 equipes de saúde bucal na APS). Sobre o item 19 disse que conseguiu
120 entender que existe a falta de recursos humanos e que não há previsão para
121 suprir essa falta. Sobre o item 36, disse que gostaria de entender se o índice
122 apresentado é devido à complexidade de determinados procedimentos ou se
123 trata de abandono do tratamento. Entende que, independentemente, de haver
124 recursos humanos ou não, o paciente já começou o tratamento, então é
125 necessário saber por que ele não chegou a concluí-lo. Continuando, **Sra.**
126 **Carmem** da Equipe de Planejamento do Gabinete do Secretário de Saúde,
127 respondendo aos conselheiros, contou que houve uma oficina no Estado que
128 teve a participação dos conselheiros Osvaldo Sérgio Mendes, Maria de Fátima
129 Gustavo Lopes e Rene Monteiro de Almeida Junior para monitoramento
130 Município/Estado. Explicou que os indicadores que foram trazidos na
131 apresentação (na reunião que está em curso) são os indicadores que foram

pactuados. Esses indicadores foram avaliados como relevantes pelas áreas técnicas do Estado, levados para a CIB e pactuados. Acrescentou que, quando esses indicadores chegam a Secretaria Municipal de Saúde, muitos deles são acompanhados, independente de serem pactuados; que precisam pactuar dentro daquilo que se está conseguindo efetuar, observando a série histórica, olhando para aquilo que ainda se pretende melhorar, pondo olhos críticos naquilo em que há dificuldade, naquilo que precisa avançar, para que se consiga atingir a meta. Sobre a questão dos acidentes de trabalho, disse que todo acidente de trabalho precisa de notificação e que essas notificações são realizadas em quaisquer Unidades; que a pessoa que sofreu acidente de trabalho precisa de acompanhamento para que a notificação gerada seja encerrada e que cabe à Área Técnica fazer esse acompanhamento a partir da notificação. Acresceu, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde sabe que a subnotificação para qualquer agravo ainda existe e que precisa avançar muito, mas que a Área Técnica, com certeza, irá se debruçar sobre isso, levando em conta que nem todas as notificações vêm da Saúde. Sobre a questão do idoso, **Sra. Carmem** da Equipe de Planejamento do Gabinete do Secretário de Saúde disse que esse indicador não existe, mas que a Secretaria tem várias ações voltadas para o idoso: uma gerência específica na S/SUBPAV; o PADI na SUBHUE; no PPA, na Programação Anual da Saúde, dentro dos indicadores de monitoramento, há indicadores voltados para o atendimento ao idoso; além de a Prefeitura ter uma Secretaria própria para esse segmento. Sobre as questões do HIV, reconheceu que obtiveram um índice melhor no ano passado e que, nesse ano, infelizmente, houve uma queda no índice atingido. Por esta razão, a Gerência resolveu pactuar 70 ou mais, trabalhando junto às áreas a capacitação das equipes para que se faça um diagnóstico cada vez mais precoce. Considera que o desabastecimento de teste rápido ocorrido nesse ano pelo Ministério da Saúde, com certeza, agravou o indicador, pesando de modo a não ser possível o cumprimento da meta. Alguém que trabalha na Superintendência de Promoção da Saúde e não se identificou falou sobre a distribuição de preservativos. Prosseguindo, a **Sra. Carmem** da Equipe de Planejamento do Gabinete do Secretário de Saúde, com a palavra, sobre a “Razão do tratamento odontológico concluído”, disse que conseguiram atingir o indicador. Sobre pactuar junto com o Estado, disse que é muito arriscado pactuar muito alto, principalmente nesse ano em que não há previsão de aumento de Unidades de Saúde da Família e de Saúde Bucal. Mas isso não significa que os tratamentos não estejam concluídos. A seguir, a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Lúlia de Mesquita Barreto**, a título de esclarecimento, explicou que o Estado apresenta os indicadores e não aceita mudanças, embora a Secretaria Municipal de Saúde brigue muito no sentido de mudar algum indicador, porém eles já estão todos determinados porque são desenvolvidos para os noventa e dois municípios do Estado do Rio de Janeiro. Acrescentou que a Área Técnica do Município questionou a Área Técnica do Estado sobre a fórmula de cálculo para se chegar aos indicadores na questão da Saúde Bucal, porém, até o momento, não houve retorno por parte do Estado. Terminados os esclarecimentos, o **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior** colocou

em votação a aprovação da Pactuação dos Indicadores Bipartite. Em seguida, verificou que fora aprovado pela maioria simples com 3 (três) abstenções dos conselheiros Cíntia Teixeira de Souza Silva, Tomaz Pinheiro da Costa e Diva Kort Kamp de Azevedo. Dando seguimento, a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Lúlia de Mesquita Barreto**, passou ao item 4 da pauta e **Dra. Camila** da Coordenação Técnica da Atenção Primária Prisional da SUBPAV deu início à apresentação do “Relatório de Gestão das 22 Equipes de Atenção Primária Prisional”. Feita a apresentação, o **conselheiro Tomaz Pinheiro da Costa** perguntou onde eram feitos os partos das presas e se usavam nelas algum item de segurança como, por exemplo, algemas. **Dra. Camila** disse que os partos são feitos na Maternidade do Hospital Municipal Albert Schweitzer e que existe uma Lei, desde 2018, que proíbe o uso de algemas no parto. Quando adentra no hospital, a presa é uma paciente como outra qualquer, mas sempre fica com uma segurança acompanhando. A seguir, a **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que, como coordenadora da geral da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), percebeu que existem duas situações de vulnerabilidade com relação ao trabalhador dessa área, na apresentação feita. A primeira é o direito existente por lei da presa não ser algemada, o que, no caso, é sempre um risco. A segunda é sobre a questão da capacitação do trabalhador envolvido nesse serviço. Então, perguntou se existe uma equipe ou se foi criado no RH um curso para o desenvolvimento dessas ações relacionadas ao Sistema Prisional. Na sequência, o **Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** perguntou se, com relação aos Recursos Humanos, esses servidores são policiais ou civis. Perguntou, ainda, sobre a fiscalização e quais são os cinco presídios que fiscalizam. **Dra. Camila** respondeu que esses servidores são profissionais de saúde, policiais civis que passaram por processo seletivo. Em seguida, respondendo a segunda pergunta enumerou os seguintes presídios: Presídio Evaristo de Moraes, Presídio Alfredo Tranjan, Presídio Plácido de Sá Carvalho, Presídio Jorge Santana e Ary Franco. Em seguida, a **conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva** falou que, para além do trabalho, do projeto, que a Coordenação Técnica da Atenção Primária Prisional da SUBPAV desenvolve, entende que a Prefeitura poderia pensar o Planejamento do Orçamentário para prever condições de trabalho e concurso público, em especial para esse segmento profissional, porque o vínculo precário de trabalho existente é a instabilidade. Após, a **conselheira Juliene de Freitas Parada** perguntou como é feito o processo seletivo desses trabalhadores. **Dra. Camila** disse que o processo seletivo é feito pela VIVA RIO, por essa razão não tem contato com nenhuma etapa desse processo. Prosseguindo com a pauta, o **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior** passou ao item 2. Então, **Dr. Hugo Marques Fagundes Júnior** deu início à apresentação para deliberação do CAPSAD Carolina Maria de Jesus, localizado em São Cristóvão (AP 1.0). Terminada a apresentação, o **conselheiro Júlio César Carneiro Moreira** falou que considera ser de extrema importância se pensar em ações, abrigos e estruturas para as populações que vivem em situação precária nas diversas Áreas da AP 1.0

(Central, Praça da Cruz Vermelha), inclusive as trans, que não têm para onde se dirigir em busca de socorro. O **conselheiro Abílio Valério Tozini**, com a palavra, disse que a apresentação feita pelo Dr. Hugo no Conselho Municipal de Saúde trata da habilitação de uma Unidade de Saúde. Perguntou se, nesse caso, o caminho natural não seria, primeiramente, a apresentação passar pelo Conselho Distrital da Área da AP 1.0. Entende que o caminho tomado nessa apresentação enfraquece os Conselhos Distritais, embora entenda que, talvez, fosse tomado para agilizar o processo de habilitação. Disse que é alentador ver esse abrir de portas com o objetivo de tentar resgatar esses seres humanos que se abandonaram de si mesmos por alguma razão. Contou que onde mora não havia essas pessoas; que, agora, há nove pessoas e que, cada dia que passa, aparece mais um. Cada um com uma história, um jeito de andar, um jeito de não olhar para si mesmo, uma fuga de sua própria existência. Concluiu a fala, dizendo que a Prefeitura tem que abrir muitas casas como esta (CAPSAD Carolina Maria de Jesus), porque uma Prefeitura que cuida dos interesses das grandes construtoras, dos grandes empreendimentos e não cuida desses seres abandonados, não é uma Prefeitura. A seguir, a **conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva** saudou o Dr. Hugo pela grande vitória de ter conseguido fazer o CAPSAD. Perguntou sobre o modelo de gestão, contratação e se a equipe do CAPSAD Carolina Maria de Jesus está completa para funcionar vinte e quatro horas. Entende que, para se ter uma equipe completa, a Prefeitura tem de planejar também a inserção do profissional nutricionista, já vislumbrando uma vigilância nutricional de modo a fazer o matriciamento do estado nutricional dos usuários, qualificando o serviço e o cuidado, a fim de atender as demandas. O **conselheiro Roberto Oliveira de Almeida**, com a palavra, perguntou se o CAPSAD está funcionando cem por cento e se não está, qual o prazo para funcionar; se há publicidade daquilo que pode oferecer em termos de tratamento para os usuários e quantas pessoas serão atendidas diariamente. Depois, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** parabenizou Dr. Hugo pela apresentação e pediu informações sobre o CAPSAD da AP 5.1. Em seguida, **Dr. Hugo**, respondendo ao conselheiro Júlio César Carneiro Moreira, disse que o conselheiro tinha toda a razão; que o CAPSAD Carolina Maria de Jesus não resolve todos os problemas da AP 1.0, pois que existe uma concentração populacional no Centro da Cidade que vem crescendo dia a dia. Acrescentou que, evidentemente, no futuro, terão de pensar em fazer mais, adaptando, sempre na medida do possível, as estruturas de modo a atender a todos. Mas sempre na medida do possível. Falou que, de uma maneira muito cuidadosa e respeitosa, estão atentos a clientela “trans” e que sempre procuraram buscar um banheiro adaptado para os portadores de necessidades especiais. Por fim, disse que são inúmeras as necessidades a serem atendidas nessa estrutura. Sobre a pergunta do conselheiro Abílio Valério Tozini, **Dr. Hugo** disse que não tem a menor dúvida de que o procedimento correto seria esse processo passar, primeiramente, no Conselho Distrital Saúde, porém, dadas todas as necessidades prementes, estão sempre correndo contra o tempo e foi no intuito de acelerar o andamento do processo que fizeram dessa forma. Adiantou que terá o maior prazer de ir ao Conselho

273 Distrital da AP 1.0 para apresentar o CAPSAD Carolina Maria de Jesus.
274 Acrescentou que o conselheiro tem toda a razão quando diz que gasta-se uma
275 fortuna para fazer infraestrutura para ricos, mas quando investem no cuidado
276 de pessoas pobres, dizem logo que trata-se de um projeto eleitoreiro. Contou
277 que o projeto “Seguir em Frente”, hoje, tem trezentas e quarenta e três
278 pessoas domiciliadas, fora da instituição, pessoas que saíram da última fase
279 da bolsa e arrumaram um lugar para morar e estão sendo acompanhadas.
280 Que há, hoje, cento e sete pessoas trabalhando com Carteira assinada, alguns
281 nas próprias estruturas da Prefeitura. Ressaltou que o trabalho que faz não
282 acaba quando o sujeito arruma um lugar para morar ou arranja um emprego,
283 porque essa pessoa ainda precisa ser acompanhada, ainda precisa de apoio.
284 Que o objetivo do trabalho que faz, é construir uma política pública robusta
285 para que de fato as pessoas possam seguir em frente. Quanto às perguntas
286 da **conselheira Cíntia Teixeira de Souza Silva**, com relação aos contratos,
287 disse que se trata de um termo de colaboração, um misto de contrato/convênio
288 com a Viva Rio (marco regulatório das organizações da sociedade civil,
289 modelo jurídico que funciona no Brasil). Explicou que a Viva Rio é a instituição
290 parceira da Saúde e que não se trata, propriamente, de uma terceirização
291 porque a Secretaria Municipal de Saúde continua acompanhando e definindo
292 quem será o gerente do serviço, a coordenadora, o supervisor e etc. Quanto à
293 seleção de pessoal disse que é um processo feito pela Viva Rio e que a
294 Superintendência não participa diretamente dele. Respondendo ao
295 **conselheiro Roberto Oliveira de Almeida** disse que ele funciona como
296 CAPS II, funciona no horário comercial. Que de fato, é um desafio muito
297 grande pensar numa clientela muito vulnerável e montar dispositivos, alguns
298 braços para cuidar de quem está perambulando no Centro da cidade. A
299 seguir, dirigindo-se ao conselheiro Ludugério Antônio da Silva disse que tem
300 até o dia dez de abril para entrar no SINAPI para a construção do CAPS do
301 PAC III. O recurso é disponibilizado assim que se apresentar a documentação
302 exigida. Esse processo está na Procuradoria do Município e a boa notícia é
303 que vai ter o PAC IV e esse PAC IV serão 100 CAPS no Brasil, mas não como
304 esse último que era para cobrir áreas descobertas. Disse também que
305 convenceu o Ministério da Saúde que o Rio de Janeiro tem necessidades. O
306 PAC IV é para construção de novos equipamentos para CAPS existentes.
307 Então O Pequeno Hans vai entrar e, a sua área vai sofrerá uma transformação
308 vital. Na sequência, o **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior**
309 colocou em votação a aprovação da implantação do CAPSAD Carolina Maria
310 de Jesus localizado em São Cristóvão (AP 1.0) e constatou que foi aprovado
311 pela maioria simples. A seguir, passou para o item 5 da pauta – informes das
312 Comissões do Conselho Municipal de Saúde e o **conselheiro Abílio Valério**
313 **Tozini**, pela Comissão de Saúde Mental, informou que no dia anterior haviam
314 tido a segunda reunião dessa Comissão e que pediram agenda à Secretaria
315 Executiva do Conselho Municipal para tratar do Seminário de Saúde Mental
316 que pretendem fazer em setembro de 2025. Contou que a ideia do Seminário
317 é a concretização do sonho de disseminar para a sociedade, como uma família
318 deve proceder quando um de seus membros tem uma crise. É popularizar o
319 debate na sociedade envolvendo também os Conselhos Distritais. Solicitou

ajuda ao Conselho no sentido de patrocinar transporte para os membros da Comissão de Saúde Mental poderem fazer a reunião do mês de abril em Cascadura. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** perguntou ao Dr. Hugo se ele tinha como auxiliar na elaboração de uma cartilha, conforme pretensão do conselheiro Abílio Valério Tozini. **Dr. Hugo**, com a palavra, disse que entrará em funcionamento, para servir ao SUS, uma enfermaria de psiquiatria existente dentro do Hospital Universitário do Fundão que, hoje, tem sete leitos e futuramente terá dez. A equipe que trabalhará nessa enfermaria é do Hospital Universitário, o serviço entrará na Regulação para servir toda a cidade. A seguir, o **conselheiro e presidente do Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes** informou que, no dia doze de fevereiro, o Comitê Municipal de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna esteve reunido e que a próxima reunião acontecerá dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco. Pela CIST, a **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que, no final do ano passado, aconteceu a Conferência de Gestão do Trabalho e, agora, acontecerá a 2ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, salientando que a 1ª Conferência ocorreu em 2005. Falou que, diante do intervalo de tempo existente entre as duas Conferências, fica claro que a Saúde do Trabalhador está aquém nas prioridades da Gestão. Informou que faz parte da Comissão Organizadora da Conferência; que a preocupação dessa Conferência é com a Saúde do Trabalhador, o acesso dele à Atenção Básica e com o fato de que ainda não foi criado um protocolo que contemple esse acesso, embora venham cobrando ações de Saúde do Trabalhador à Gestão. Explicou que um trabalhador acidentado, mesmo que uniformizado, quando chega a uma Unidade de Emergência não é visto como um trabalhador. Ainda, quando um trabalhador chega a uma Unidade de Atenção Básica reiterando vários sintomas, lá, não se atenta ao detalhe de que ele possa estar acometido de uma doença do trabalho. E isso é perda para esse trabalhador. Citou também a violência, a saúde mental do trabalhador diante da violência da cidade, o acesso seguro, o protocolo de temperatura que deve ser o respeitado quando os trabalhadores estão expostos a temperaturas mais elevadas (como exemplo citou os garis, os agentes comunitários, os agentes de vigilância, enfim todos aqueles que se expõem ao clima). Acrescentou que a Comissão Organizadora da Conferência entende que esse é um assunto o qual todos têm de se apropriar para que possam sensibilizar a Gestão no sentido de que a Conferência seja realizada em, no mínimo, 2 (dois) dias e que a participação do trabalhador seja abrangente, não só conselheiro, mas deve ser ampliada a toda a sociedade de modo a contar com a participação das várias forças de trabalho, porque só é possível entender um trabalhador quando ele expõe as situações que vivencia e, agora, tem-se a oportunidade de um espaço único no qual se pode construir políticas em benefício da Saúde do Trabalhador. Fez um apelo aos conselheiros para sensibilizar a Gestão e a Coordenação de Saúde do Trabalhador visando ações efetivas. Ao final, disse que ficou encantada quando viu, na apresentação anterior, como estão avançadas as ações com os privados de liberdade. Porém, a Saúde do Trabalhador está estagnada e isso não é bom, porque afeta a todos. Em seguida, a **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que foi

criada uma Comissão Organizadora para a Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e, também, um grupo no whatsapp com todos membros que a compõe. Além disso, que a próxima reunião dessa Comissão será na próxima quinta-feira, às 14 horas, no Centro Municipal de Saúde Ernesto Zeferino Timbau. Relembrou a todos que a data limite para a realização da Conferência é dia quinze de abril de dois mil e vinte e cinco e que a data da realização será decidida em reunião da Comissão. Informou que pretendem trabalhar com as mesmas pessoas que foram indicadas pelos Conselhos Distritais (as que participaram da Oficina realizada em treze de novembro de dois mil e vinte e quatro). Solicitou que os nomes dessas pessoas fossem resgatados e, no caso de aparecerem mais pessoas que queiram participar da Conferência, elas serão bem vindas, desde que tenham disponibilidade de tempo para ficar um dia inteiro no Nise da Silveira. Acrescentou que, nas reuniões da Metropolitana I, o Município do Rio de Janeiro, por ter uma área grande e dez Conselhos Distritais, foi considerado uma região e, por isso, a Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora será temática municipal/regional. A Região da Metropolitana I foi dividida em 3 partes: Rio de Janeiro, Duque de Caxias com 4 municípios e Nova Iguaçu com sete municípios. A seguir, a **Dra. Denise Jardim**, com a palavra, apresentou-se dizendo que é profissional de saúde há mais de 30 anos em exercício e estava ali substituindo a conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal com a missão de dar apoio e somar. Também parabenizou o time do Conselho Municipal de Saúde pelo trabalho legítimo que desenvolve. Prosseguindo, o **conselheiro e presidente do Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes**, em informes do Colegiado, informou que, pela manhã, havia estado no Conselho Estadual de Saúde em uma reunião extraordinária cuja pauta era sobre Doenças Raras. Falou que no dia vinte e sete de fevereiro, no SINDSPREV, o “Bloco da Filha da Pública” sairá e passará por toda a região da Lapa e que, dia vinte e seis de fevereiro, o Colegiado Gestor da Policlínica Rodolfo Rocco se reunirá, às 14 horas, e todos estão convidados a participar. Ao final da fala, agradeceu a Dra. Denise Jardim o apoio dado. A seguir, a **conselheira Diva Kort Kamp de Azevedo** mencionou o ofício nº 002/2025 que trata de relatórios. Informou que o ar condicionado da sala do Conselho Distrital da AP 2.1 está quebrado desde o dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco e perguntou sobre os tíquetes refeição. Informou, ainda, que foi feita visita ao Instituto de Neurologia Deolindo Couto da UFRJ, dia vinte de fevereiro; que a reunião plenária do CDS AP 2.1 aconteceu naquele dia (dia da reunião em tela) com a apresentação referente ao “Lixo na Rocinha” pela equipe do CMS Albert Sabin; que, dia vinte de fevereiro, aconteceu a ação de coleta de lixo na Rocinha com o objetivo de combater o mosquito aedys egypt, transmissor da dengue, zika e chikungunya. Finalizou, informando que, dia vinte e sete de fevereiro, às 8h 30m, sairá os “Foliões da Saúde”, com a Unidade de Saúde Alberto Sabin, CMS Maria do Socorro e CMS Rinaldo De Lamari. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto**, respondendo a conselheira Diva Kort Kamp de Azevedo, disse que, com relação ao ar condicionado, já havia acionado a CAP local, na pessoa da Dra. Rosângela, que informou que o “ar condicionado” é

uma necessidade geral naquela área, pois tem cento e quarenta aparelhos que precisam ser substituídos. Em relação ao relatório, disse que a Secretaria Executiva do Conselho está sem tíquete para disponibilizar e espera a disponibilização orçamentária da Prefeitura, já que há processo em andamento para a compra de novos tíquetes. Ainda sobre o relatório, explicou que é meramente informativo e pediu que, na hora de os conselheiros solicitarem táxi, fosse informado o motivo da solicitação (se para fiscalizar, fazer visita, etc.) porque a Secretaria Executiva do Conselho faz a prestação de contas para a Câmara dos Vereadores que é assinada pelos usuários e para a Prefeitura é assinada pela Secretária Executiva do Conselho. Prosseguindo, a **conselheira Haydée Barreto Lopes** contou que, como todos sabem, a rede federal está passando por uma crise e os Institutos que fazem parte dessa rede não estão isentos a tudo isso. Então, diante da omissão do governo de não participar ao Controle Social e à representatividade desses Institutos o que realmente está para acontecer, fazendo reuniões sem o conhecimento dos servidores que são representantes dessas associações, mencionou uma ação que envolve os três Institutos Federais do Rio de Janeiro. Disse que essas Associações fizeram uma carta aberta para a população, informando que seguirão adiante com o movimento para impedir que haja a terceirização e a precarização de Entidades como Institutos de grande importância como: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, Instituto Nacional de Cardiologia e o Instituto Nacional do Câncer. Explicou que, estava ali, como representante da Associação de Funcionários do Inca, de comum acordo com as Associações dos outros dois Institutos. Depois, disse que entregará a carta assinada pelas três Associações à Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Lúlia de Mesquita Barreto, que versa exatamente sobre essa situação: a de não poderem permitir que haja a precarização do serviço, a terceirização e a entrega do serviço para uma entidade que não conhecem, porque cada profissional que atua nesses Institutos passaram anos se especializando. Concluiu a fala dizendo que estão brigando pelo concurso público para essas três Instituições. A seguir, a **conselheira Simone Menezes Damasceno** disse é servidora da UERJ e também é lotada no Hospital Federal Cardoso Fontes. Disse que veio fazer uma denúncia; que está perplexa com o fato de como o governo permitiu tamanha invasão no Cardoso Fontes, um Hospital Federal de pequeno porte. Contou que trabalha no Centro Cirúrgico como instrumentadora circulante. Que fizeram greve, passeatas contra o fatiamento da rede federal, mas que, praticamente, não surtiu efeito nenhum. Falou que os hospitais federais foram cedidos ao Município e o que viram foi a terceirização de uma gestão e que isso é muito grave, porque dentro do Hospital Cardoso Fontes há uma empresa chamada SPDM que tem médicos e técnicos de enfermagem que foram colocados dentro do Centro Cirúrgico sem o menor treinamento. Disse que, nos seus trinta anos de trabalho dentro de um Órgão Público, nunca viu uma coisa dessa: Hospitais Federais que trabalham com várias especificidades, além das oncológicas, com profissionais sem bagagem nenhuma. Contou que no setor de Clínica Médica, no segundo andar, uma técnica de enfermagem interrompeu uma ação que levou o paciente a óbito; que não culpa os profissionais, mas a forma como aconteceu

e, portanto, culpa o Sistema. Acrescentou que Hospital Cardoso Fontes está localizado em um lugar que o deixa isolado do comércio e que os profissionais que chegam para o plantão da noite, vindos de outras jornadas de trabalho, chegam com fome e não têm um lugar para se alimentar. Que, logo no primeiro dia da municipalização, foi cortado o café da manhã e o lanche da noite. Disse que o Centro Cirúrgico tem duas salas quebradas; que eram sete, mas só quatro funcionam. Que o Secretário de Saúde Daniel Soranz disse para a população que poderiam vir para a Emergência do Hospital, mas o hospital não está capacitado para receber essa demanda. Com isso, viu o sofrimento das pessoas nas enfermarias que não foram climatizadas, padecendo no calor. Viu os acompanhantes dos pacientes se negarem a criar um quarto leito dentro das enfermarias que só comportam três leitos. Disse que só conclui que somos apenas números e metas. Finalizou dizendo que têm até março para escolher se querem ficar lá sob a gestão municipal ou sair do Setor de Trabalho e que têm que levar esse fato gritante à mídia, à população que não sabe o que está acontecendo. Que o governo já repassou R\$ 150.000.000,00 (Cento e cinquenta milhões de reais) para o hospital que está sem ampliar os leitos, sem ampliar o Centro Cirúrgico e sem climatizar o hospital. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** falou de uma manifestação de jovens estudantes protestando em frente à Prefeitura contra salas de aula sem climatização. Disse que deseja consignar apoio e solidariedade a eles, para que a Prefeitura faça investimento na climatização das salas de aula para que possam enfrentar o calor de nível quatro que assola a cidade. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, e eu, **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com o Presidente deste Conselho, **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Presidente Osvaldo Sérgio Mendes